

**I Colóquio Internacional**  
**“O pensamento luso-galaico-brasileiro entre 1850 e 2000”**

**Universidade Católica Portuguesa – Porto**

**Título:** *Álvaro Ribeiro: De uniuersitate (dispersos entre 1933 e 1949)*

**Autor:** José Carlos de Oliveira Casulo

**Instituição:** Universidade do Minho (CIEd)

### **Introdução**

Pensando apresentar a este congresso um texto sobre o pensamento pedagógico de Álvaro Ribeiro, logo nos suscitaram interesse os recentemente publicados dispersos e inéditos do filósofo, laboriosamente recolhidos, organizados e apresentados pelo Dr. Joaquim Domingues<sup>1</sup>, para com quem, mais uma vez, a cultura portuguesa fica em dívida. Assim foi que, sendo necessário circunstanciar o tema a tratar e as fontes a considerar, optámos por nos fixar a nossa atenção sobre a problemática da pedagogia universitária alvarina tratada nos dispersos das décadas de trinta e quarenta do século findo.

Apresentaremos aqui, então, aquela que foi a reflexão sobre a universidade portuguesa contida nos dispersos conhecidos de Álvaro Ribeiro publicados até ao final da primeira metade do século passado. Percorreremos estes textos analiticamente, um a um, pela ordem cronológica da sua publicação, terminando com uma síntese reflexiva.

---

<sup>1</sup> Cfr. Ribeiro, Álvaro, *Dispersos e Inéditos*, 3 vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004-2005.

## 1. “Inquérito sobre a Universidade” (1933)

Como nos é dada conta em nota de rodapé da p. 139 do vol. I de *Dispersos e Inéditos*, o jornal figueirense *A Voz da Justiça*, no âmbito de um inquérito sobre a universidade promovido junto de figuras da intelectualidade portuguesa da época, quis ouvir Álvaro Ribeiro, tendo-lhe colocado as seguintes três questões: 1) Parece-lhe que a organização e o espírito do ensino universitário correspondem às necessidades espirituais do nosso tempo?; 2) Conhece alguns factos que denunciem a crise da nossa universidade?; 3) Quais os meios que considera eficientes e práticos para se valorizar a nossa cultura e refundir a nossa mentalidade?

À primeira destas perguntas, o filósofo portuense começou por responder assinalando que entendia ser a liberdade não só uma grande necessidade do tempo em que escrevia, como uma necessidade espiritual de sempre –“A aspiração espiritual do nosso tempo, a aspiração espiritual de sempre, é a liberdade.”<sup>2</sup>–, liberdade que o autor, nesta circunstância, entendia sobretudo como liberdade metafísica, por ser “... a mais forte garantia da liberdade de pensamento...”<sup>3</sup>, já que esta, a não se fundamentar na liberdade metafísica, estaria seriamente ameaçada por um determinismo societário-materialista, legitimador, por um lado, de um Estado possuidor do “...direito objectivo de traçar os limites da liberdade de pensamento...”<sup>4</sup> e, por outro lado, do predomínio de uma filosofia imanentista da cultura sobre uma filosofia transcendentalista do espírito.

Partindo deste equacionamento filosófico, Álvaro Ribeiro não hesitou em afirmar que, quanto à liberdade de pensamento, a universidade portuguesa do seu tempo muito deixava a desejar, principalmente porque, nela, a Filosofia não tinha assegurada uma presença digna do seu estatuto:

---

<sup>2</sup> Cfr. Idem, “Inquérito sobre a Universidade”, em *ibidem*, vol. I, 2004, p. 139. A publicação original deste escrito deu-se em *A Voz da Justiça*, Figueira da Foz, ano 31º, nº 3118, 25 de Maio de 1933, pp. 1-2.

<sup>3</sup> Ib. Cfr. “Inquérito sobre a Universidade”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 139.

<sup>4</sup> Ib., p.140.

**“Na Universidade portuguesa nem sequer há um curso de filosofia: a filosofia –e filosofia sem metafísica, falsa filosofia– é representada por algumas cadeiras anexas ao curso de habilitação dos professores de história.”<sup>5</sup>**

Sem filosofia metafísica, a universidade portuguesa caía numa pedagogia erística e autoritária, produzia teses “...de erudição copiosa e rebuscada...”<sup>6</sup> e formava alunos cheios “... de preconceitos, [com] tendência de oposição a tudo quanto seja extraordinário e novo (...) e incapazes de atingir o alto plano de vida espiritual dum militante operário...”<sup>7</sup>. Assim, pois, para o nosso autor, “...seguir um curso universitário é pôr em perigo a liberdade de pensamento...”<sup>8</sup>.

À segunda questão do inquérito. Álvaro Ribeiro respondeu sem indicar factos concretos denunciadores da crise da universidade, mas apontando, em abstracto, aspectos sintomáticos dessa crise, todos eles tendo por denominador comum o perfil dos professores. O primeiro desses sintomas era a própria forma de contratação do pessoal docente, feita através de concurso cujo resultado era ditado pelo “...cobarde processo das bolas brancas e pretas...”<sup>9</sup> que encobria, na sua opinião, a farsa de “...dar vestimenta jurídica a uma escolha que obedeceu já a um critério oculto...”<sup>10</sup>. O segundo sintoma residia no sistema de avaliação dos alunos unicamente em exame, sistema sobre o qual pensava Álvaro Ribeiro que, ao apenas verificar o grau de memorização das matérias alcançado pelos examinandos, servia para libertar os professores de um trabalho pedagógico empenhado em alcançar o sucesso da totalidade dos alunos e em nada contribuía para determinar a criatividade e capacidade de pensar dos jovens universitários; para o pedagogo portuense, com efeito, “...fazer exame será sempre reproduzir a sebenta, dizer definições e exemplos (...), enfim, tudo menos a demonstração de pensamento livre, actuante e fecundo...”<sup>11</sup>.

---

<sup>5</sup> Ib., p. 141.

<sup>6</sup> Ib..

<sup>7</sup> Ib..

<sup>8</sup> Ib..

<sup>9</sup> Ib..

<sup>10</sup> Ib..

<sup>11</sup> Ib..

A estes sintomas da crise da universidade portuguesa de então, outros acresciam. Assim a obrigatoriedade de frequência das escolas, entendida pelo autor como um “...combate ao estudo livre, ao autodidactismo, ao livre exame, à liberdade de pensamento...”<sup>12</sup>. Assim também a pedagogia autoritária, raiz de uma barreira “...entre o lente e o estudante (...) que só o *urso* pode atravessar...”<sup>13</sup>. Assim, finalmente, o mau exemplo dado pela “...improbidade dos plagiários ou dos arguentes nos concursos...”<sup>14</sup> e pelos “...catedráticos que sacrificam a coerência política e a independência moral à mesquinha estabilidade burocrática...”<sup>15</sup>.

Ao responder à terceira interrogação do “Inquérito sobre a Universidade”, o filósofo portuense esboçou uma solução para debelar os males da universidade. Com Ortega y Gasset, Álvaro Ribeiro sugeria que os primeiros responsáveis pelas universidades fossem os seus alunos – “...as universidades devem ser entregues aos estudantes...”<sup>16</sup> – cabendo ao Estado um papel “...mínimo de regulamentação e fiscalização...”<sup>17</sup>. Os estudantes, ainda, escolheriam os professores universitários de entre “...pessoas que demonstrassem competência na realização de trabalhos em qualquer distrito da actividade espiritual...”<sup>18</sup>.

## 2. “Programa de um estudo nacional” (1943)

O artigo “Programa de um estudo nacional”, publicado no mesmo ano em que foi dada a estampa a pequena mas significativa obra *O problema da Filosofia portuguesa*, serviu ao nosso filósofo para perorar em torno da importância de se pensar “...o carácter do português, definir as qualidades permanentes do povo, e reconhecê-las para além do véu das escolas literárias, das reformas pedagógicas, dos movimentos políticos [e] das alterações

---

<sup>12</sup> *Ib.*.

<sup>13</sup> *Ib.*, p. 143.

<sup>14</sup> *Ib.*.

<sup>15</sup> *Ib.*.

<sup>16</sup> *Ib.*, p. 144. Porém, na nota de rodapé 3 desta mesma página, Álvaro Ribeiro subtilmente frisava ser seu entendimento que os alunos em que estava a pensar eram aqueles que tinham ingressado na universidade através do ensino profissional e não os que a ela acediam vindos dos liceus, como normalmente acontecia.

<sup>17</sup> *Ib.*.

<sup>18</sup> *Ib.*, pp. 144-145.

sociais...”<sup>19</sup>. Foi neste sentido que Álvaro Ribeiro defendeu que se instituísse, nas Faculdades de Direito e de Letras, “...o ensino da Filosofia da História segundo uma interpretação nacional...”<sup>20</sup>. Conseguir-se-ia, deste modo, na sua visão, contribuir para que se ultrapassasse o conhecimento científico da História de Portugal, para se alcançar aquela superior noção de civilização portuguesa “...que só a Filosofia da História (...) deriva e determina correctamente...”<sup>21</sup>, noção de civilização portuguesa essa sem a qual seria impossível compreender Portugal como entidade superior à factualidade histórica, mesmo que grandiosa e original.

### 3. “Faculdade de Filologia” (1944)

Nas linhas a que o presente título dá unidade, o nosso pensador começou por constatar que, em Portugal, as faculdades de letras reuniam no seu seio diversas áreas de estudo (filosofia, história, filologia, geografia...) que, nas suas palavras, “...reciprocamente se adultera[va]m (...) [por força das] conveniências de administração interna e de finalidade externa [que] sacrifica[va]m todos os cursos a determinações que, por comuns, altera[va]m as directrizes particulares...”<sup>22</sup>.

Pretendia o discípulo de Leonardo que, como passo resolutivo desta situação, os estudos filológicos se autonomizassem e dessem origem a uma nova escola universitária: a Faculdade de Filologia, a qual, “...despertando nos estudiosos portugueses a compreensão dos outros povos e do espírito universal (...) [seria] um factor de cultura...”<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Cfr. “Programa de um estudo nacional”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 226. A publicação original deste texto data de Novembro de 1943 e fez-se a pp. 1 a 10 do nº 4 da revista *Atlântico*.

<sup>20</sup> Cfr. “Programa de um estudo nacional”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 227.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> Cfr. “Faculdade de Filologia”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 259. Primeira publicação em *Litoral*, Lisboa, Agosto-Setembro de 1944, pp. 323-325.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

#### 4. “O Porto e os estudos humanísticos” (1945)

Nesta carta dirigida a Magalhães Basto, Álvaro Ribeiro apoiava a ideia de se instalar, no Porto, uma Faculdade de Letras, o que, aliás, acabou por suceder. Ora, aluno que tinha sido da primeira Faculdade de Letras da cidade da Virgem, o nosso pedagogo, compreensivelmente, não podia ter deixado de evocar o exemplo da sua *alma mater*. Evocar “...o exemplo sempre presente (...) da extinta Faculdade de Letras...”<sup>24</sup>, contudo, não significa que Álvaro Ribeiro pretendesse a sua refundação, pois, como bem sublinhou a este respeito, “Há acontecimentos que não se podem repetir.”<sup>25</sup>.

Não obstante, se bem que sempre numa postura que transparece como sendo a do ideal a apontar e não a do possível a realizar, o filósofo não se eximiu a afirmar que o êxito da sua Faculdade de Letras se deveria a, sobretudo, duas razões. A primeira era o critério que tinha sido utilizado para a constituição do seu corpo de professores, que se baseava tão simplesmente na amizade decorrente da sua comum vivência espiritual:

**“O que tornou admirável a actividade da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o que lhe deu invulgar eficiência pedagógica e profícua extensão universitária, foi o modo de recrutamento do seu pessoal docente. Os laços de comprovada amizade e o sentido de afinidade espiritual garantiram à maioria dos professores dessa escola a realização de uma obra que só hoje é apreciada com justiça e lembrada com saudade.”**<sup>26</sup>

Mas a qualidade que distinguiria, para sempre, a primeira Faculdade de Letras do Porto, devia-se, ainda, segundo o nosso autor, aos estudos filosóficos que nela tinham ocorrido:

**“O prestígio da extinta Faculdade de Letras da Universidade do Porto dependeu primeiramente da secção de filosofia, e, a seguir, da secção de história, sem que esta verdade signifique desvalorização do grupo de filologia.”**<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Cfr. “O Porto e os seus estudos humanísticos”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 294. Esta carta foi recolhida de *O Tripeiro* (nova série), ano I, nº 7, Novembro de 1945, p. 153.

<sup>25</sup> Cfr. “O Porto e os seus estudos humanísticos”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 294.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ib.*, pp. 294-295.

#### 4. “Faculdade de Letras ou Faculdade Filosofia?...” (1949)

No último dos textos que seleccionámos para esta análise, Álvaro Ribeiro como que retomou a temática presente em “Faculdade de Filologia”, orientando o seu discurso, agora, noutra direcção, a saber, a da relação de tensão entre a Literatura e a Filosofia e o modo como esta relação se consumava ao nível das faculdades de Letras.

Para o pensador, depois de um período de influência positivista, em que a “...Filosofia, (...) outrora considerada a primeira das ciências, passou (...) a ser tratada como um género literário ou última disciplina das Letras...”<sup>28</sup>, assistia-se, na época em que escrevia, “...a uma inversão na ordem destas questões...”<sup>29</sup>. Este novo estado de coisas impunha, para Álvaro Ribeiro, que se reformassem as faculdades de Letras de modo a que se reflectisse, na organização do ensino universitário, a crescente aceitação da importância dos estudos filosóficos. Não se contentando com o alvitre dos intelectuais oriundos dos estudos literários, que apontava no sentido de que “...a designação imprópria de *Faculdade de Letras* (...) [fosse] substituída pela de *Faculdade de Filosofia*...”<sup>30</sup>, Álvaro Ribeiro ia mais longe e propunha que, em Portugal, as faculdades de Letras dessem origem a “...duas escolas superiores, inteiramente diversas: a Faculdade de Filologia e a Faculdade de Filosofia...”<sup>31</sup>, diferentes entre si no currículo, mas unidas pela preocupação compartilhada de, cada uma na sua esfera de acção, promover a cultura portuguesa:

**“Na primeira, [a Faculdade de Filologia], estudar-se-iam as línguas e as literaturas dos povos, de mais interesse para a nossa cultura, pondo termo à injustificável hegemonia da filologia francesa. Na Faculdade de Filosofia, habilitada com privativas disciplinas filológicas, seria estabelecido o ensino das ciências filosóficas, num plano concordante com a tradição especulativa dos portugueses.”**<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> Este artigo foi inicialmente impresso no Diário Popular nº 2271, de 25/I/1949). Para identificar a citação feita, cfr. “Faculdade de Letras ou Faculdade de Filosofia?...” em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, p. 361.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 362.

<sup>30</sup> *Ib.*.

<sup>31</sup> *Ib.*.

<sup>32</sup> *Ib.*.

## Síntese reflexiva

A primeira conclusão que se nos sugere tirar da destes dispersos de Álvaro Ribeiro sobre a universidade publicados entre 1933 e 1949, é a de que se distinguem duas preocupações de fundo: a preocupação de denunciar os males da universidade portuguesa da altura e a preocupação de traçar soluções para alguns desses males. Nas respostas dadas ao “Inquérito sobre a Universidade Portuguesa”, em 1933, está condensado o elenco das nocividades da instituição universitária; nos demais quatro dispersos, todos da década de quarenta, agregam-se as resoluções.

Quanto aos males, dois avultam na denúncia do nosso filósofo: de um lado, a débil presença, a quase ausência da Filosofia na universidade portuguesa, causa da deplorável pedagogia nela praticada; de outro lado, a falta de honestidade académica por parte dos professores.

Ensaçando alternativas ao que denunciava, Álvaro Ribeiro elegeu como paradigma a escola universitária em que se tinha fundado: a primeira Faculdade de Letras do Porto. Cremos que, ao fazê-lo, se bem que lhe atribuísse mais do que uma virtude, o nosso pedagogo quis focar, sobre todas elas, a importância dos estudos filosóficos desenvolvidos na faculdade de Leonardo, já que até sublinhou que o seu êxito lhes era primordialmente devido.

Propôs, ainda, que a Filosofia assentasse arraiais nas faculdades de Direito e de Letras sob a forma de uma disciplina de Filosofia da História que fosse a alavanca um superior entendimento da História de Portugal.

Quis, enfim, o nosso pensador, que a Filologia e a Filosofia se emancipassem das faculdades de Letras. Parece-nos que, quanto a este aspecto da sua reflexão e atendendo aos textos estudados, só se pode mesmo concluir que o autor formulou uma proposta de instituição de duas novas faculdades – as de Filologia e de Filosofia– a partir da Faculdades de Letras e não que esta se extinguísse e desse lugar àquelas, tendo, porém, explicitado muito bem que pretendia uma Faculdade de Filosofia autónoma e não a simples alteração da designação das faculdades de Letras para faculdades de Filosofia. Duas razões davam azo a esta postura: a protecção e promoção da cultura portuguesa, sobretudo face à cultura francesa, tarefa esta em que



desempenharia papel relevante a Faculdade de Filologia, e a autonomização da Filosofia no contexto universitário, que iria até ao ponto de ela mesma organizar, em e por si mesma, os estudos filológicos de que necessitasse, através de, nas palavras do autor, privativas disciplinas filológicas.

A Faculdade de Filosofia seria, pois, totalmente independente na estrutura universitária. Se não esquecermos que, em “O Porto e os estudos humanísticos”, artigo de 1945, era apontada a secção de Filosofia como a causa maior do valor académico da extinta Faculdade de Letras do Porto, e se também não esquecermos que esta Faculdade era apresentada como o modelo a não esquecer, então não será de todo ilegítimo pensar que, tal como, em escala menor, a secção de Filosofia era causa do valor de uma faculdade paradigmática, a Faculdade de Filosofia seria, em escala maior, o motor da qualidade da universidade portuguesa. Seria a força expurgatória do seu subdesenvolvimento pedagógico e daqueloutro sinal de atraso que residia na falta de honestidade dos seus professores nos procedimentos concursais.

Uma derradeira conclusão, que é uma constatação óbvia: a Faculdade de Filosofia pensada por Álvaro Ribeiro ainda não existe em Portugal.

## Bibliografia

### 1. Fontes

- .- Ribeiro, Álvaro, “Inquérito sobre a Universidade”, em *Dispersos e Inéditos*, vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004, pp. 139-145.
- .- Idem, “Programa de um estudo nacional”, em *ibidem*, pp.221-230.
- .- Idem, “Faculdade de Filologia”, em *ibidem*, pp.259-261.
- .- Idem, “O Porto e os seus estudos humanísticos”, em *ibidem*, pp. 293-295.
- .- Ibidem, “Faculdade de Letras ou Faculdade de Filosofia?...”, em *ibidem*, pp.361-362.

### 2. Estudos

- .- AA.VV., *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro* [Actas do Colóquio], 2 vols., Universidade Católica Portuguesa: Centro Regional do Porto/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- .- Borges, Paulo, “A ideia de universidade em Álvaro Ribeiro”, em *Nova Renascença*, Porto, vol. XIII, nº 48, Inverno de 1993, pp. 127-140.
- .- Casulo, José Carlos, “Álvaro Ribeiro: Pedagogia universitária da Filosofia em *O problema da Filosofia Portuguesa*, em *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, ano 7º, vol. 10, nº8, 2003, pp. 344-352.
- .- Cruz, Alexandrina Emília M. M. da, *Álvaro Ribeiro: Praxis Educacional, Ideias Pedagógicas e Tipos de Ensino* [dissertação de mestrado sob orientação de José Carlos de Oliveira Casulo apresentada à Universidade do Minho], Universidade do Minho, Braga, 2006.
- .- Domingues, Joaquim, *Filosofia portuguesa para a educação nacional*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1997.
- .-Teixeira, António Braz, “Álvaro Ribeiro”, em Calafate, Pedro (dir. de), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V (tomo I), Caminho, Lisboa, 2000, pp. 172-209.

